

# INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

CLASSIFICAÇÕES  
ACEPÇÕES  
DIREITO  
RAMOS DE DIREITO  
DIREITOS

# APRESENTAÇÃO

- O homem tem necessidades. Precisa satisfazê-las, 'matar a vontade'.
- As necessidades deste homem podem ser apresentadas isoladamente, como em uma ilha. Neste caso, se sozinho, o homem não tem qualquer oposição de vontade. Não há fato relevante ao direito.
- O direito passa a ser sentido no momento, ou a partir de quando o homem se une. Com mais de um ser humano vivendo no mesmo local, as vontades podem ser divergentes.
- Sendo opostas, as vontades entram em conflito, surgindo um fato relevante ao direito, pois existem duas vontades conflitantes, mas apenas uma solução.
- No início dos conflitos, poderíamos dizer que a força imperava, mas com o passar dos tempos o homem foi tentando ficar mais civilizado, criando limites e normas.

# APRESENTAÇÃO

- Daí surge o direito. O homem passa a estar unido não só pela 'falta de espaço' que o coloca de frente com outros grupos, mas pela necessidade da união: contrato social (segunda aula).
- Podemos apontar como a primeira aparição das normas a época em que o homem vivia em cavernas, com o surgimento do místico (terceira aula). Lá existiam certas regras que eram 'cumpridas'. A 'lei do mais forte' é uma norma de imposição física, mas que determina qual vontade impera.
- O direito é mais palpável a partir do momento em que passa a ter registros escritos, como as primeiras leis escritas que se tem conhecimento, como o Código de Ur-Nammu(2040 a.C.) e de Hamurabi(1700 a.C.).
- Nestes documentos as normas da sociedade foram 'codificadas' para sempre, para poderem ser observadas por todos, e como forma de organização da sociedade.

# APRESENTAÇÃO

- Na faculdade de Direito se estuda todo tipo de direito: direito civil (direito das coisas, direito de família, contratos etc); direito penal; direito do trabalho; direito constitucional etc.
- Estuda-se como aplicar o direito: direitos processuais penais, civil e trabalhista.
- Estuda-se a obtenção do direito: seu surgimento na história e sua aplicação prática, bem como a luta por ele.

# APRESENTAÇÃO

- As normas não são apenas jurídicas.
  - Podem ser regras morais
  - Podem ser regras religiosas
  - Podem ser estatutárias/entidades
- Mas no direito apenas as normas jurídicas são imperiosas. As normas jurídicas podem ser:
  - Imperativas, autorizantes e coercitivas, as normas tem bilateralidade atributiva e, desta forma, aplica-se sanção para proteger algum bem jurídico (direito)
  - Leis
  - Costumes
  - Princípios gerais do Direito
  - Equidade
  - Analogia
  - Direito estrangeiro
    - Tudo isto junto é o direito

# CLASIFICAÇÕES

- Mas as Leis não são iguais em todos os países.
- Em muitos países as leis estão escritas. Em outros as leis não são escritas em documentos rígidos.
- Daí surge uma classificação do direito como **escrito** (positivo) ou **consuetudinário** (ou dito).
- Outras classificações são:
  - Natural X Positivo
  - Objetivo X Subjetivo (facultas agendi – permissão)
    - Teoria da vontade
    - Teoria do interesse
    - Mista
    - Da possibilidade do querer
    - negacionista

# HISTÓRIA

- O direito é o fenômeno mais notável na vida humana. Compreendê-lo é compreender a própria vida. Passamos a entender o porque de obedecermos, mandarmos e indagarmos. Passamos a visualizar a evolução da sociedade, do homem.
- O direito se manifesta, hoje, como um fenômeno em um mundo burocrático das sociedades: fenômeno decisório/ instrumento de poder/ ciência e tecnologia.
- Devemos, pois, fazer uma breve visualização na história.

# HISTÓRIA

- Na antiguidade – Aristóteles dizia existirem duas esferas de vida em sociedade: polis(vida pública) e oikia(vida privada).
- A distinção nos mostra que lá existia um mundo privado de cada ser, em sua casa. O que importa é a NECESSIDADE (alimentar-se, repousar, procriar etc). O homem devia agir como dono de sua família.
- Mas a necessidade coagia-o a exercer uma atividade de sobrevivência: LABOR. Não era, pois, livre em todo seu teor.
- A LIBERDADE era um privilégio de poucos: cidadãos –só os pater família – **vida política** - não faziam o LABOR, realizavam a AÇÃO : atividade livre realizada entre iguais. Fútil e fugaz.
- Diferentemente do LABOR, a AÇÃO era a dignificação do homem livre. Através da vida política, inseriam-se no seio da liberdade, não necessitavam ‘suar’ para ter o mínimo para a sobrevivência, como aqueles que realizavam o LABOR.
- Assim, a POLIS era um conjunto de ações, já que essas eram a maneira de tratar os assuntos dos cidadãos (homens livres). A AÇÃO era dominada pela palavra, pelo discurso e a busca do Bem Governar. Mas eram necessárias imposições de limites, fronteiras e cercas para as discussões: LEIS.
- Trabalho do legislador era a imposição de limites nas AÇÕES e conseqüentemente estruturava a cidade – jus + lex.



# HISTÓRIA

- Na era moderna – a AÇÃO deixa de ser atividade vinculada à virtude, passa a ser atividade fim, ou seja, vira um FAZER.
- Confunde-se TRABALHO (LABOR) com AÇÃO. O agir humano é produtor de bens de uso – o direito passa de justiça para a própria lei: COMANDO.
- Antes a AÇÃO não possuía fim esperado (fútil e fugaz). Tinha o interesse de discussão, com o fim de pensar a cerca dos fatos discutidos (individualmente e dentro da sociedade importavam para evolução das mesmas). Não existia fim da discussão.
- Passa o homem a quantificar e valorar tudo, como o tempo. Mas apenas o que é útil ao homem passa a ter valor, instrumentalizando tudo que lhe é valioso.
- Antes o direito era discutido, era a valoração do momento, a percepção do justo. Agora o direito vem imposto, já fabricado. A sua discussão é incabível e absurda, a não ser que seja para sua modificação (meio sempre buscando um fim). Direito passa a ser um bem de uso, que se produz, algo que se tem, que se protege, que se adquire, que pode ser cedido.
- Considerado como objeto de consumo: conjunto abstrato de normas, independentemente de situações reais.

# ACEPÇÕES

- Vimos, assim, que o direito passou por diversos significados em sua história, desde ser apenas uma imposição de uma vontade pela força, até ser uma possibilidade de cada um.
- Mas estas diferentes acepções são sentidas até hoje, estudando as diversas matérias jurídicas em uma faculdade de direito.
- Exemplo é estudar o direito penal: é o direito como sanção; ou a filosofia jurídica, na qual estudará o direito como justiça etc.

# ACEPÇÕES

- 1- direito como fato social
  - ‘Uma tentativa para realizar, num dado meio social, a idéia de justiça, através de um sistema de normas imperativo-atributivas.’ (Gurvitch).
  - Condições da vida + desenvolvimento
  - A sociedade faz o seu direito (contrato social)
  - Direito estudado dentro da sociedade, em conjunto com seu desenvolvimento, crescimento e problemas.

# ACEPÇÕES

- 2 – direito como justo
  - ‘direito é aquilo que é devido a outrem, segundo uma igualdade’ (S. Tomás).
  - A) aquilo que é devido por justiça – justo objetivo.
  - B) conformidade com a justiça (dentro de suas exigências).
    - A virtude da justiça deve durar durante toda a vida do Homem.
  - Mas, o que é justo?

# ACEPÇÕES

- **3 – direito como ciência**

- “a arte do bem e do justo” (Celso)
- “a exposição de todos os fenômenos da vida jurídica e a determinação de suas causas” (Hermann Post)
- A ciência do justo e do injusto” (Justiniano)
- A ciência é a arte de pensar, de desvendar o obscuro e trazer à luz a verdade. É a busca do saber.
- Ela nos leva ao pensamento, ao raciocínio, nos afastando do pensamento emotivo, inflamado por dor e sentimentos, nos levando a suposições e saberes.

# ACEPÇÕES

- **3 – direito como ciência (continuação)**
  - Podemos classificar as ciências (conforme Augusto Conte):
    - Matemática: relações de quantidade;
    - Astronomia: (mecânica universal) movimento e relação de quantidade;
    - Física ou Estudos Físicos: (som, luz, calor) movimento e quantidade, mas nos fenômenos físicos;
    - Química: fenômenos físico + movimentos +relações de quantidade nos fenômenos químicos;
    - Biologia: fenômenos físico + movimentos +relações de quantidade nos seres vivos;
    - Sociologia: fenômenos físico + movimentos +relações de quantidade na VIDA SOCIAL.

# ACEPÇÕES

- 4 – como norma
  - Direito objetivo (não só as leis).
    - ‘uma regra social obrigatória’ (Clóvis Beviláqua)
  - A1) direito positivo
    - Normas elaboradas.
      - » Natureza hipotética, aplicável a concepções a criações humanas do ponto de vista ético-moral de cada sociedade.
  - A2) direito natural
    - Princípios que servem de base ao direito positivo.
      - » Natureza real, geral, aplicável ao mundo, dentro de qualquer sociedade.
  - B1) direito Estatal
    - Normas que regulam uma sociedade como um todo.
  - B2) direito não Estatal (social)
    - Não direito – ordenamentos jurídicos
    - Normas de grupos que não sejam uma sociedade
      - » Universidades / convenções coletivas de trabalho

# ACEPÇÕES

- 5 – direito como faculdade
  - Não é o local em que se estuda o direito.
  - É a possibilidade de cada cidadão exercer seus direitos, quer queira, quer não.
  - Facultas agendi – direito de poder
  - Deve existir a a possibilidade de o agente poder optar pela escolha.
    - Existir o direito
    - Não ser impositivo a todos, independente de a quem lhe protege.



# ACEPÇÕES

- 6 – direito como sanção
  - É a aplicação de pena para o cumprimento da lei.
  - Não só penal
  - Imposição pelo estado (coercitividade) da norma, sem a qual inexistiria ESTADO DE DIREITO – vida em sociedade.

# DIREITO

- O que é o direito?
  - Direito é justiça?
  - É sanção?
  - É estudo?
  - É possibilidade?
  - É conjunto de regras?
  - É ordem social?

# DIREITO

- Como o direito é sentido?
  - Quando o direito aparece? Quando um fato é relevante ao direito.

# DIREITO

- Como funciona o direito?
  - Divisão do direito: matérias do direito
    - RAMOS DO DIREITO

# Ramos do direito

- Diversidade de ramos do direito: **porque?**
  - Cada ramos estuda uma matéria, que é diferente entre si pela forma de aplicação, de a quem se aplica e de como deve ser lidada.
  - Cada matéria é relativa a uma classe de fatos e aplicada em uma determinada situação.
  - Cada um destes ramos é responsável por regular as relações interpessoais nos diversos aspectos da vida em sociedade.

# Tabela (não exaustiva)

- **Direito Administrativo**
  - Direito Aeronáutico
- Direito Alternativo
- **Direito Ambiental**
  - Direito de Águas
  - Direito de Construção
  - Direito Aéreo
- Direito Bancário
- Direito Canônico
- **Direito Civil**
  - Direito de Família
  - Direito das Obrigações
  - Direito das Sucessões
  - Direito das Coisas
- Direito Imobiliário
- **Direito do Consumidor**
- Direito da Criança e do Adolescente
- **Direito Constitucional**
  - Direito do Estado
- Direito Desportivo
- Direito Econômico
- Direito Eleitoral
- **Direito Empresarial ou Comercial**
  - Direito Societário
  - Direito Marítimo
- **Direito Financeiro**
  - Direito Fiscal
  - Direito Tributário
- Direitos Humanos
- Direito Indígena
- Direito da Informática
- **Direito Internacional**
  - Direito comunitário
    - Direito da União Europeia
    - Direito do Mercosul
  - Direito Internacional Penal
- Direito Internacional Privado
- Direito Judiciário
  - Direito de Execução Penal
  - Direito de Execução Civil
  - Direito de Execução Fiscal
- Direito Militar
  - Direito Militar Estadual
- **Direito Penal**
- **Direito Processual**
  - Teoria Geral do Processo
  - Direito Processual Civil
  - Direito Processual Penal
  - Direito Processual do Trabalho
- Direito da Propriedade Intelectual
  - Direito autoral
- Direito Registral e Notarial
- Direito Sanitário
- Direito dos Seguros
  - **Direito Previdenciário**
    - Direito da Segurança Social
- **Direito do Trabalho**
  - Direito Individual do Trabalho
  - Direito Coletivo do Trabalho
  - Direito Sindical
- Direito Urbanístico
- Direito dos Valores Mobiliários

# FONTES

- a lei: entendida como o conjunto de textos editados pela autoridade superior (em geral, o **poder Legislativo** ou a Administração pública), formulados por escrito e segundo procedimentos específicos. Costuma-se incluir aqui os regulamentos administrativos.
- o costume: regra não escrita que se forma pela repetição reiterada de um comportamento e pela convicção geral de que tal comportamento é obrigatório (isto é, constitui uma norma do direito) e necessário.
- a jurisprudência: conjunto de interpretações das normas do direito proferidas pelo **poder Judiciário**.
- os princípios gerais de direito: são os princípios mais gerais de ética social, direito natural ou axiologia jurídica, deduzidos pela razão humana, baseados na natureza racional e livre do homem e que constituem o fundamento de todo o sistema jurídico.
- a doutrina: a opinião dos juristas sobre uma matéria concreta do direito.

# DIREITO CONSTITUCIONAL

- LEI: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL;
- O direito constitucional deve ditar as regras básicas do Estado, os direitos inerentes às pessoas, a sua aplicação e a abrangência da defesa destes direitos pelo Estado;



# DIREITO CIVIL

- LEI: CÓDIGO CIVIL – 10.406/02
- O **direito civil** é o principal ramo do direito privado. Trata-se do conjunto de normas (regras e princípios) que regulam as relações entre os particulares que se encontram em uma situação de equilíbrio de condições.
- Mas existem outras lei que regulam relações de particulares. Algumas são do ramo do direito civil, outras são aplicadas em outros ramos.
- Exemplos: lei 6.766/79 (lei de parcelamento do solo urbano); lei 8.078/90 (lei do consumidor)

# DIREITO DO CONSUMIDOR

- LEI: CÓDIGO DO CONSUMIDOR – 8.078/90
- O **direito do consumidor** é um ramo do direito que lida com conflitos de consumo e com a defesa dos direitos dos consumidores, e que se encontra desenvolvido na maior parte dos países com sociedades de consumo e sistemas legais funcionais.
- É direito de particulares, mas normalmente uma das partes é mais fraca: o consumidor.
- Coloca-se ambas as partes em pé de igualdade.

# DIREITO COMERCIAL EMPRESARIAL

- LEI: CÓDIGO COMERCIAL – 556/50  
CÓDIGO CIVIL – 10.406/02  
LEI DE FALÊNCIAS – 11.101/05
- O código comercial foi quase todo revogado, restando parte da matéria (a partir do artigo 457) ainda definida na lei. Outra parte está no novo código civil. Outra lei importante é a lei de falências, que define uma importante possibilidade do direito comercial.
- **Direito comercial** ou **Direito empresarial** é um ramo do ***direito privado*** que pode ser entendido como o conjunto de normas disciplinadoras da atividade negocial do empresário, e de qualquer ***pessoa física*** ou jurídica, destinada a fins de natureza econômica, desde que habitual e dirigida à produção de bens ou serviços conducentes a resultados patrimoniais ou lucrativos, e que a exerça com a racionalidade própria de "empresa", sendo um ramo especial de direito privado.

# DIREITO TRABALHISTA

- LEI: CLT (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO)  
– DL 5.452/43
- **Direito do trabalho**, ou **direito laboral**, é o conjunto de normas jurídicas que regem as relações entre empregados e empregadores, e os direitos resultantes da condição jurídica dos trabalhadores. Estas normas, no Brasil, estão regidas pela **CLT** (Consolidação das Leis do Trabalho), **Constituição Federal** e **várias Leis Esparsas** (como a lei que define o trabalho do estagiário, empregada doméstica, funcionalismo público)
- Leis esparsas definem as outras formas de relação de emprego. Definem as relações diversas da CLT.
- A CLT não é um código, mas uniu as lei relativas à relação de trabalho em um documento só: **compilação**.

# DIREITO PROCESSUAL

- **Direito Processual**, também chamado por alguns de Direito Adjetivo, é o ramo jurídico do direito público que reúne os princípios e normas que dispõem sobre a jurisdição, que é o ato através do qual o **poder judiciário** se pronuncia sobre o objeto de uma demanda.
- É a **teoria geral do processo**. É aqui que algumas características do funcionamento da máquina judiciária, como um todo, estão.
- Estuda: jurisdição / competência / duplo grau de jurisdição / ação / condições da ação (capacidade-interesse-possibilidade) / processo / procedimento / autos

# PROCESSO CIVIL

- LEI: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - 5.869/73
- O **Direito processual civil** é o conjunto de princípios e normas jurídicas que regem a solução de conflitos de interesses por meio do exercício da jurisdição, função de soberania de um Estado, por isso se diz que é um ramo do Direito Público. O processo civil têm um caráter instrumental, e busca a efetividade das leis materiais.
- São as regras para aplicação das regras do código civil. Mas por serem regras, em muitos momentos, gerais do processo, regem procedimentos de todas as matérias.
- No Brasil, a legislação processual civil regula a solução de conflitos fundadas em normas de ***Direito privado*** (civil e comercial), de ***Direito social*** (trabalho e previdenciário) e ***Direito público*** (constitucional, administrativo, econômico, financeiro, tributário, internacional, militar, eleitoral).
- Oo Direito processual civil, abarca normas de caráter instrumental, que regulam o desenrolar do processo, e se encaixa no grande ramo do Direito Público.

# PROCESSO PENAL

- LEI: CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DL 3.689/41
- Tem por objetivo ser um instrumento para a realização do Direito Material.
- Incidi sobre processos que envolvam pretensão punitiva do Estado, ou seja, matéria criminal.
- Regula a forma de processamento e de punição dos infratores, regula a aplicação do código penal e das leis penais esparsas.

# PROCESSO TRABALHISTA

- LEI – NÃO EXISTE – PAUTA-SE EM OUTRAS LEIS PROCESSUAIS.
- “Um País que pretende despontar e superar essa crise, ainda sendo parte do seleto grupo dos *investment grade* não pode se dar ao luxo de ter uma Justiça Trabalhista tão casuística como é a nossa.

O rito processual trabalhista atual é calcado num sistema retrógrado, artesanal e improdutivo, porque procedimento padrão não existe.

Observamos que cada Vara do Trabalho tem o seu rito processual próprio, suas regras. É uma verdadeira salada procedimental, o que gera insegurança jurídica e pouca produtividade no andamento do processo.” (Dr. Marcos Alencar)

- Não possuímos, no Brasil, um código processual trabalhista, mas isto não quer dizer que o processo trabalhista não funcione, não exista. As regras gerais do processo, que já vimos anteriormente, servem para dar o caminho à todas as matérias. Assim o processo penal têm de respeitar os princípios básicos do processo, mas possui sua própria estrutura, diversa de qualquer outra:  
PROTECIONISTA / CONCENTRAÇÃO DOS ATOS / INFORMAL.

- [www.portolegal.com/CPT99.htm](http://www.portolegal.com/CPT99.htm) (site de um código do trabalho – de Macau).



# DIREITO PENAL

- LEI: CÓDIGO PENAL – 222
- **Direito Penal** é o ramo do Direito Público dedicado às normas emanadas pelo legislador com a finalidade repressiva do delito e preservativa da sociedade.
- Tradicionalmente, entende-se que o Direito Penal visa a proteger os bens jurídicos fundamentais. Essa proteção seria a tríade fundamental de bens jurídicos tutelados coativamente pelo Estado: **vida, liberdade e propriedade**.
- Mas além disto o direito penal visa a proteger a forma de aplicação da sanção: seu surgimento e sua extinção. Garante a dignidade da pessoa humana, o respeito pela sua integridade frente ao poder coercitivo do Estado.
- ESTADO DE DIREITO X ESTADO DE POLÍCIA.

# DIREITO AMBIENTAL

- LEI: Lei 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente  
Lei 7.347/85 – prevê possibilidade da ação pública (Lei 8.078/90)  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 88 – ARTIGO 225 – bens coletivos.
- **Direito Ambiental** é um conjunto de normas jurídicas relacionadas à proteção do meio ambiente. Pode ser conceituado como direito transversal ou horizontal, pois abrange todos os ramos do direito, estando intimamente relacionado com o direito constitucional, direito administrativo, direito civil, direito penal, direito processual e direito do trabalho.
- A legislação ambiental faz o controle de poluição, em suas diversas formas.
- Assim, o direito ambiental não é apenas referente ao verde, mas sim ao meio ambiente em que o homem vive, quer seja ele a cidade (artificial), quer seja ele o campo (natural e artificial). Dividem, autores, ainda em cultural e trabalhista.
- A quantidade de normas dificulta a complexidade técnica, o conhecimento e a instrumentalização e aplicação do direito neste ramo do direito.
- "toda alteração das propriedades naturais do meio ambiente, causada por agente de qualquer espécie, prejudicial à saúde, à segurança ou ao bem-estar da população sujeita aos seus efeitos". Lopes Meirelles, Hely, "Proteção ambiental, ação cível pública e Constituição Federal", in FMU-Direito, v. 2, 1988, p. 4.

# DIREITO ADMINISTRATIVO

- **LEI: Constituição brasileira** e nas **lei 8429/92** (Improbidade Administrativa), **lei 8112/90** (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), **lei 9784/99** (Processo Administrativo) e **lei 8666/93** (Contratos Administrativos).
- **Direito administrativo** é um ramo autônomo do direito público interno que se concentra no estudo do núcleo da Administração Pública e da atividade de seus integrantes.
- Tal disciplina tem por objeto os órgãos, entidades, agentes e atividades públicos, e a sua meta é a sistematização dos fins desejados pelo Estado, ou seja, o interesse público.
- Problemas administrativos da Estado, frente à organização ou à sociedade, podem ser resolvidos na esfera administrativa, pelo próprio executivo. Mas suas decisões estão sujeitas à análise pelo judiciário.

# DIREITO TRIBUTÁRIO

- LEI: CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, CONSTITUIÇÃO E LEIS ESPARÇAS.
- **Direito tributário** é o segmento do Direito Financeiro que define como serão cobrados os tributos dos cidadãos para gerar receita para o Estado. Tem como contraparte o Direito Fiscal ou Orçamentário, que é o conjunto de normas jurídicas destinadas à regulamentação do financiamento das atividades do Estado. Direito tributário e Direito fiscal, estão assim, ligados, por meio do Direito Financeiro, ao Direito Público.
- A disciplina se ocupa das relações jurídicas entre o Estado e as pessoas de direito privado, concernentes à imposição, escrituração, fiscalização e arrecadação dos ***impostos, taxas e contribuições de melhoria***.
- O Direito Tributário cria e disciplina assim relações jurídicas entre o Estado na sua qualidade de fisco e as pessoas que juridicamente estão a ele sujeitas e se denominam contribuintes ou responsáveis.
- União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal, têm competência para tributar, definidas pela Constituição.
- Podem decretos, medidas provisórias ou mesmo novas Leis criarem tributos ou tributações.
- Imunidade: impossibilidade da incidência do tributo.

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- **LEI: Lei nº 3.807/60** (Lei Orgânica de Previdência Social); **Decreto-Lei nº 72/66** (reuniu os seis fundos do INPS); **Lei Complementar nº 7/70** (PIS); **Lei Complementar nº 8/70** (PASEP); **Lei nº 6.439/77** (SINPAS); em **1984** foram consolidadas as Lei previdenciárias; **Lei 8.213/91** (Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências); decreto nº 3.048/99 (regulamento da previdência social)
- **O Direito Previdenciário** é um ramo do Direito Público surgido da conquista dos direitos sociais no fim do século XIX e início do século XX. Seu objetivo é o estudo e a regulamentação do instituto Seguridade Social.
- A Previdência Social pode ser definida como um seguro social, que garante ao trabalhador e aos seus dependentes, amparo quando ocorre a perda, permanente ou temporária, em decorrência dos riscos que se obriga a sofrer.

# OUTROS RAMOS

- CADA RAMO POSSUI SUAS REGRAS, ESPECÍFICAS OU NÃO, MAS OBEDECEM AOS SEUS PRINCÍPIOS E SUAS DIRETRIZES.
- CADA RAMO CORRESPONDE A UM TIPO DE DIREITO, QUE APEZAR DE FAZERM PARTE DE UM MESMO ORDENAMENTO, SE DIFEREM QUANTO A MATÉRIA, APLICAÇÃO E ESTRUTURA.